



Programa de Pós-graduação em História Social

**Quem tem medo do terceiro
império ou por que não Isabel?**

Simpósio de Política e Cultura da Universidade Severino Sombra – Vassouras

Quem tem medo do terceiro império ou por que não Isabel?

Maria Luiza de Carvalho Mesquita

Introdução

Meu objetivo nesta palestra é falar um pouco de um reinado que não existiu - o Terceiro Reinado no Brasil - de uma imperatriz que não o foi – Isabel - e seu esposo - o Conde d’Eu. Na realidade vou tratar do relacionamento entre a imprensa da Corte da segunda metade do século XIX e o casal de herdeiros do trono do Brasil, da construção (ou destruição) de suas imagens através das páginas dos jornais. De como Isabel, uma jovem “*dotada de graça e inteligência naturais que honrariam o país que a viu nascer*”¹ transformou-se numa “*criatura histérica, fanática e pouco inteligente*”². De como “*o ilustre consorte da herdeira da coroa*” considerado “*um verdadeiro brasileiro pelo amor à nossa terra e pela dedicação de que tem dado provas*”³ tornou-se “*o ilustre príncipe consorte*” que “*só se deixa seduzir e arrastar pelo valor real, que agrada e satisfaz sua cobiça*”⁴ ao final do segundo reinado.

Farei aqui um recorte de 25 anos, compreendidos entre 1864, quando a Princesa casou-se com Gastão de Orleans, e 1889, quando a república foi proclamada, ressaltando, sobretudo, os períodos em que Isabel esteve na regência atuando como chefe de estado, sendo que ela foi a única mulher nas Américas a desempenhar esse papel até então.

Para melhor compreensão, é necessário uma breve caracterização do que seriam os jornais no período acima citado. Eram jornais de poucas páginas de texto, e o jornalismo que se fazia não tinha preocupação informativa ou investigativa como hoje em dia. As notícias e comentários faziam-se muitas vezes baseados apenas em boatos, no “fala-se”, no “ouve-se”, resultado dos burburinhos dos cafés da Rua do Ouvidor, ao redor dos quais ficavam as redações dos principais jornais. Eles eram marcados pela orientação política, apoiando abertamente um partido ou determinadas questões.⁵ Mais do que tudo defendiam-se idéias. Era corriqueiro o debate direto entre os jornais, cada qual defendendo seu ponto de vista. Outra característica dos jornais da época é a seção “*a pedidos*” em geral com

¹ Semana Illustrada de 13/05/1866

² Gazeta da Tarde de 01/06/1889

³ Semana Illustrada de 02/06/1867

⁴ Correio do Povo de 24/10/1889

⁵ GRINBERG, Keila et alii. *Para conhecer Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, p.40

artigos ou cartas, que tanto podiam ser de um simples leitor, como, anonimamente, do próprio diretor ou redator do jornal.⁶

Quem escrevia em suas páginas eram os bacharéis, que colocarei aqui, como porta vozes da elite (entendida como a camada da população que detinha alguma espécie de poder, quer político, social, econômico ou intelectual) com quem a maioria possuía laços de compadrio ou clientelismo. A expansão do mercado interno permitiu que houvesse uma certa independência em relação a essa elite e os bacharéis escolheram para si, numa atitude paternalista, o papel de “defensores do povo”, apoiando idéias novas e movimentos políticos dissidentes, tornando-se “emissários do progresso”.⁷

Apesar de ter um público leitor restrito, visto que segundo o censo de 1871 entre a população livre do Rio de Janeiro apenas 29% sabiam ler,⁸ essas notícias circulavam entre a população da cidade, tanto da elite como das classes mais baixas, tanto livre como cativas, quer através de conversas informais nas ruas e praças, quer através de acalorados debates nos cafés e teatros. Para este trabalho foram consultados 13 jornais das mais variadas tendências: conservadores, liberais, satíricos, escravocratas, abolicionistas e republicanos.

A Imprensa X Isabel, Gastão e o terceiro reinado.

Em virtude do falecimento de seus dois irmãos, Isabel foi declarada herdeira do trono brasileiro em 1850 quando contava então quatro anos de idade. Nos anos seguintes a herdeira do trono receberia uma educação rígida visando a prepará-la para suas responsabilidades futuras. Para protegê-la, assim como a sua irmã Leopoldina, D. Pedro optou pela sua quase reclusão⁹, e poucas vezes as princesas apareceram nas notícias dos jornais, a não ser quando compareciam a uma ou outra cerimônia oficial ou religiosa.

Em maio de 1864, durante a fala do trono na abertura da sessão do parlamento, D Pedro anunciou oficialmente que tratava do casamento das princesas. No dia 20 de setembro, o jornal *Diário do Rio de Janeiro* anunciava os escolhidos pelo Imperador. Para Leopoldina, o escolhido foi Auguste de Saxe-Coburg, o Duque de Saxe e para Isabel,

⁶ EDMUNDO, Luiz. O Rio de Janeiro do Meu Tempo, volume 4, Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1957, p.887

⁷ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999, 7ª edição pp.12

⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo, Cia das Letras, 1997, Tabela 6, apêndice, p.475

⁹ BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: Gênero e Poder no século XIX*. São Paulo: editora UNESP, 2005, pp.53-54

Gastão de Orleans, o Conde d'Eu, neto do rei Luiz Felipe da França, o “rei-cidadão”. Quanto à escolha dos respectivos príncipes, ela foi de maneira geral apoiada pela sociedade e pela imprensa. Nenhum tipo de animosidade foi criada no início em relação aos príncipes escolhidos. A esperança de que a dinastia brasileira fosse perpetrada através de bons laços parecia plenamente atendida.

As notícias sobre o casamento da Princesa Isabel com Gastão de Orleans, o Conde d'Eu, que aconteceu no dia 15 de outubro de 1864, estão em todos os jornais da época com riqueza de detalhes. Dias depois, a cidade continuava em festa.¹⁰ O Império atravessava um período de relativa estabilidade, a monarquia era plenamente aprovada e a sua continuidade não estava em risco. Um terceiro reinado parecia uma possibilidade longínqua. No entanto, no início de 1865, começava o conflito que ficou conhecido como “Guerra do Paraguai”. No dia primeiro de janeiro deste ano, era noticiada a partida de um navio com soldados brasileiros para a guerra.¹¹ No dia 8 deste mesmo mês, partiam para Europa, numa extensão da lua de mel, a princesa Isabel e o Conde d'Eu.

Quando o casal retornou da Europa em julho deste mesmo ano, o Conde d'Eu fez inúmeros pedidos ao Imperador e ao Ministério para que lhe fosse permitido seguir para frente de batalha, pedidos estes que lhe foram negados. Apenas em fevereiro de 1869, quando Caxias, com a saúde abalada e sem disposição para caçar Solano Lopes, deu a guerra por encerrada e abandonou o posto de comandante do exército retornando à Corte, é que o nome do esposo da futura imperatriz foi lembrado. O Imperador que tinha a captura do governante do Paraguai como ponto de honra, contando com aprovação do Conselho de Estado, nomeou o Conde d'Eu como Comandante do Exército para que cumprisse esta missão final. Por esta ocasião, estava em circulação o jornal liberal *A Reforma*, que viu no Conde d'Eu a figura ideal para fazer frente a Caxias, um dos líderes dos conservadores. Numa utilização político-partidária de sua imagem, elevou ao auge o prestígio do consorte da futura herdeira do trono. Quando ao final de abril o Conde d'Eu retornou à Corte foi entusiasmamente saudado nas ruas, recebendo uma série de homenagens noticiadas largamente nos jornais. Em 20 de agosto de 1870, o casal d'Eu viajou novamente para a Europa.

¹⁰ Diário do Rio de Janeiro, de 30/10/1864

¹¹ Semana Ilustrada de 01/01/1865

A guerra do Paraguai havia abalado fortemente a balança comercial brasileira e aumentado a dívida externa do país com a Inglaterra, devido aos empréstimos pedidos para fazer frente às despesas da guerra¹². A imagem do governo também estava atingida, tanto no plano interno como no externo, quer pelo número de mortes e crueldade das batalhas, quer por ter se utilizado de um exército de negros, sendo que muitos foram libertados para esse fim, fato este criticado por vários países¹³. A fé na monarquia e nas instituições vigentes já não era mais a mesma, várias crises tinham se estabelecido em decorrência da Guerra e a credibilidade no império estava abalada. Além disso, no dia 3 de dezembro de 1870 era lançado o Manifesto Republicano, contando com o apoio de inúmeras figuras proeminentes da política e da intelectualidade do país.

O problema do escravismo estava na ordem do dia. Já em 1867, o governo decidira libertar os escravos da nação, da casa imperial e dos conventos para a guerra e indenizar os proprietários que fizessem o mesmo. No entanto muitos escravos idos para a guerra como libertos, foram reconduzidos ao cativeiro após o confronto. Tal situação provocou, não só uma reação pública, sobretudo através dos jornais, como também a indignação do Exército que se negou a perseguir escravos fugidos.

Neste contexto, o mês de março de 1871 surgiu como portador de grandes sinais de mudança. No dia 6 era anunciado e lamentado nos jornais o falecimento, na Europa, da Princesa Leopoldina. No dia seguinte o *Diário do Rio de Janeiro* anunciava a intenção de Pedro II de, após 30 anos ininterruptos de governo, partir à Europa por dois motivos: para tratar da saúde de sua esposa e para buscar os filhos de Leopoldina para serem criados no Brasil. Neste mês também, o Imperador nomeou um gabinete conservador, liderado pelo Barão do Rio Branco, encarregado de promover grandes reformas, inclusive a do elemento servil.

A viagem do Imperador e a iminência de uma possível libertação dos escravos caíram como uma bomba no seio da elite agrária brasileira, a grande força política de então. Foram inúmeras as cartas publicadas nos jornais que, apesar de reconhecerem a legitimidade do desejo do Imperador em partir, davam como inoportuna a sua viagem neste momento. O primeiro problema que se impunha era sobre quem ficaria no seu lugar nesta

¹² NEVES, Lúcia M^a B. P. & MACHADO, Humberto F, opus cit, p.416

¹³ SALLES, Ricardo. *Memórias e Imagens: Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003

situação de mudanças tão delicadas. A pretensão de Pedro II era de que ficasse em seu lugar como regente sua filha e herdeira do trono a Princesa Isabel.

Parece que, pela primeira vez, o país se deu conta que D Pedro II não reinaria para sempre. Que mais cedo ou mais tarde uma outra pessoa ocuparia seu trono, no caso, uma mulher, casada com um estrangeiro, um liberal francês – a Princesa Isabel.

Um intenso debate se iniciou acerca da regência e sobre a legitimidade da nomeação de Isabel. Por omissão da constituição de 1824, não estava claro se a regência devia ser ocupada pela herdeira do trono ou por um regente eleito em caso da ausência do Imperador por motivo de viagem. Além disso, não estava estabelecido se o regente governaria com as mesmas atribuições dele, ou se teria seu poder limitado.

O grande motivo das apreensões causadas pela subida de Isabel ao trono como regente era, além do fato de ela ser mulher, casada com um estrangeiro, não se ter conhecimento de suas idéias sobre a questão do elemento servil. As idéias do Conde, entretanto, eram conhecidas e temidas, já que ele influenciara decisivamente na liberdade dos escravos paraguaios quando esteve no comando na guerra, e naturalmente, também, conforme deduziam, influenciaria a Princesa.

Um grande opositor à regência de Isabel no Parlamento foi o poeta, escritor e deputado conservador José de Alencar. Com discursos inflamados, publicados nos jornais, incitava a Princesa a recusar o convite para ficar à frente do governo. Os liberais, ao contrário, eram favoráveis a que se entregasse a regência à Isabel, o que acabou sendo feito. Em notícia publicada no seu jornal, no entanto, afirmavam que o Conde d'Eu seria o regente de fato na ausência do Imperador.¹⁴

Em 20 de maio de 1871 ela subiu ao trono pela primeira vez, mas, D. Pedro teve a preocupação de deixar para a filha um documento intitulado “*Conselhos à Regente*” onde traçava as diretrizes que deviam ser seguidas por ela durante a sua ausência. Dentre estas recomendações havia uma especificamente dirigida ao Conde d'Eu para que procedesse de modo a que não se dissesse que ele influiu nas opiniões e decisões de sua filha.¹⁵

É curioso, mas de forma alguma surpreendente, perceber como tanto conservadores como liberais, quer defendendo ou não a regência para Isabel, não conseguiam ver nela uma governante de fato, capaz de tomar suas próprias decisões sobre os destinos do país.

¹⁴ Idem de 30/04/1871

¹⁵ DAIBERT Jr, Robert, opus cit, p.70

Caberia a ela um papel secundário, sob a influência de seu marido que seria, de acordo com a visão patriarcal de então, o real regente. O desconhecimento sobre seu posicionamento a respeito de assuntos políticos, também era natural neste contexto, já que para a mulher, mesmo sendo uma princesa, era reservado apenas o espaço privado, e não o público. Isto tudo fazia parte da cultura e pensamento brasileiro da época.

Durante sua regência, intenso debate se desenrolou no Parlamento a respeito da reforma do elemento servil e inúmeras cartas enviadas por fazendeiros foram publicadas nos jornais, temerosas pelo desenlace que pudesse ter o projeto de lei em votação. A lei do Ventre Livre foi votada dentro desse clima de apreensão das camadas senhoriais, e que apesar do tom veemente utilizado pelos opositores do projeto na câmara ela não passou de “*uma medida protelatória, uma concessão às exigências dos radicais*”.¹⁶ Mesmo não tendo influído no projeto, nem participado dos debates acerca do assunto, a Princesa Isabel, na qualidade de ocupante do trono, assinou a lei no dia 28 de setembro de 1871, inscrevendo seu nome na história do país.

O restante de sua Regência correu sem demais incidentes, até a volta de seu pai no último dia de março de 1872. Numa avaliação do seu desempenho como regente, o *Jornal do Comércio* afirma que ela foi preservada de censuras e acusações durante os debates na Câmara durante o ano de 1871, pois “*todos respeitaram o caráter provisório da regência e fizeram justiça à prudência, dignidade e acerto com que se houve a princesa*”.¹⁷

Com os ânimos do país relativamente serenados e com o retorno de Pedro II, a princesa foi tratar de um problema pessoal que muito a afligia. O fato de ainda não ter dado à luz a um herdeiro para a Coroa. Após Isabel ter finalmente engravidado e logo em seguida abortado, em outubro 1872, o casal d’Eu partiu para a Europa, em abril de 1873, em busca de um tratamento médico¹⁸.

Após a perda da primeira filha, que nascera morta em junho de 1874, Isabel teve a confirmação que estava grávida novamente no início de abril de 1875. Foi neste momento que seu nome ressurgiu nos jornais por dois motivos. O primeiro, porque seu pai manifestara a vontade de novamente ausentar-se do país para participar da Exposição Internacional nos Estados Unidos, seguindo depois para a Europa e ela, novamente,

¹⁶ COSTA, Emília V. opus cit, p. 334

¹⁷ Jornal do Comércio de 05/01/1873

¹⁸ BARMAN, Roderick, opus cit, p.177

assumiria a regência. O segundo por conta da Questão Religiosa que foi o nome que tomou uma série conflitos entre a Igreja e a Maçonaria, iniciados em 1872.

Os maçons foram proibidos de freqüentar igrejas e fazer parte das irmandades, assim como os padres de freqüentarem as reuniões da maçonaria. O acirramento do conflito e a necessidade de uma tomada de atitude por parte da Coroa havia levado à prisão e posteriormente à condenação dos bispos de Olinda e do Pará em 1874. Pressionado por inúmeros protestos e abaixo-assinados, o governo concedeu anistia aos bispos. Menos de um mês depois, Roma comunicava o levantamento pelo Papa do interdito contra as irmandades. A maçonaria se revoltou com esse desfecho, que eles consideraram humilhante e a princesa Isabel foi considerada a culpada pela anistia aos bispos.

A principal voz que se levantou contra Isabel foi a de Saldanha Marinho, Grão-Mestre da Maçonaria, jornalista e político liberal, redator do *Diário do Rio de Janeiro* que, sob o pseudônimo de Ganganelli, publicou uma série de artigos com o título “*A Igreja e o Estado*”, reproduzidos em vários jornais, nos quais a chamava de fanática, fraca, com as idéias retrógradas, sendo, portanto, incompetente para governar.¹⁹

No dia 15 de outubro de 1875, finalmente, a Princesa deu à luz seu primeiro filho, um menino saudável. O fato foi noticiado com alegria pelos jornais, mas as acusações contra a princesa não cessaram. Várias cartas e notícias foram publicadas, apreensivas novamente pela possibilidade de ter Isabel no trono e não só pela questão religiosa. Segundo elas, a situação agora era outra. Na sua primeira regência, o Imperador teria deixado encaminhadas as soluções dos problemas nacionais, principalmente do elemento servil, e a regente não precisara tomar decisões importantes. Agora, ao contrário, havia muitas questões pendentes. Ao final de março de 1876, parte D. Pedro II para a Europa, deixando no governo um gabinete conservador chefiado pelo Duque de Caxias.

Como da primeira vez que a Princesa havia assumido a regência, sua capacidade para dirigir o país era posta em dúvida. Acrescente-se a isso um dado novo e problemático que era a sua religiosidade. Durante seu segundo período regencial o país passaria por três crises principais: a reforma eleitoral, a grande seca e a questão religiosa, mas será esta última a principal responsável pelos ataques constantes que os jornais farão por todo o período em que estiver no trono. Seu marido, o Conde d’Eu, também não escapou das

¹⁹ Diário do Rio de Janeiro de 10/10/1875

críticas ferinas nos jornais, sendo freqüentemente usado como motivo de piadas e chacotas.²⁰

Outra acusação freqüente que faziam à princesa era a de estar cercada por pessoas que exerciam uma influência negativa sobre ela. Uma delas seria a condessa de Barral. Em junho de 1877, a fala do trono proferida pela princesa, mas elaborada pelo gabinete conservador foi alvo de críticas, sendo classificada pelo jornal liberal *A Reforma* como “*uma peça inútil, sem alcance, sem valor, abaixo de toda a crítica*”.²¹

A volta de Pedro II foi vista, segundo a imprensa, como um retorno à normalidade, descortinando-se a possibilidade de que os problemas do país fossem resolvidos. Quanto à Princesa, após a chegada de seu pai, optou por se afastar da cena política e se recolher à vida privada, juntamente com seu marido. Em janeiro do ano seguinte deu a luz ao seu segundo filho, e três meses depois do parto viajou novamente para a Europa, só retornando em 1881.

O ano de 1880 marcou o ressurgimento do movimento abolicionista, desta vez muito mais forte e organizado. Em 1883 foi fundada a Confederação Abolicionista. O crescimento do movimento levou novamente ao debate as Câmaras e os jornais. Durante esse período o casal de herdeiros do trono se manteve afastado da cena política, e, por conseguinte, dos debates. O Conde d’Eu, no entanto, continuava a servir de motivo de piadas e insinuações maldosas no jornal *O Mequetrefe* que o acusava de estalajadeiro,²² negociante de secos e molhados²³ e de “cabeça oca”.²⁴ Criticava também os bailes que o casal d’Eu promovia em seu palácio e sua vida fútil²⁵.

Em 1884 teve início a libertação dos escravos nos estados, e o primeiro que tomou esta atitude foi o Ceará, que a fez no dia 25 de março. Teve também início o que ficou conhecido como Questão Militar, marcada por uma série de conflitos entre os militares e o governo que aconteceram até a Proclamação da República, e que foram explorados pelos jornais abolicionistas, liberais e republicanos.

²⁰ em especial nos jornais satíricos, como *O Mequetrefe*

²¹ *A Reforma* de 03/06/1877

²² *O Mequetrefe* de 30/08/1882

²³ *Idem*, de 20/10/1882

²⁴ *Idem*, de 10/08/1883

²⁵ *Idem*, de 30/08/1883

Foi também em 1884 que o abolicionismo tomou na Corte um caráter de um movimento de massas.²⁶ No Parlamento começava a se discutir a Lei Dantas para que fossem libertados os escravos com mais de sessenta anos, o que provocou alarme entre muitos fazendeiros. Após intensos debates, ela foi aprovada em 28 de setembro de 1885.

A idéia abolicionista avançava e, por volta da metade da década de 1880, Isabel passou a manifestar mais evidentemente apoio ao movimento com a organização de quermesses nas quais recolhia fundos destinados à libertação de cativos. No início de 1887, no entanto, o casal d'Eu embarcou novamente para a Europa. Neste momento a imprensa começava a especular sobre o provável desejo de Pedro II em ver subir ao trono, no lugar de Isabel, seu neto D. Pedro Augusto, filho de sua falecida filha Leopoldina. A possibilidade de se solucionar o problema da sucessão do trono com a abdicação de Isabel em favor de um homem que fosse uma reprodução mais jovem de Pedro II, no caso o Príncipe Pedro Augusto, parecia uma opção coerente. A rapidez com que o Imperador conseguiria a abdicação de sua filha retomava a noção de que Isabel pudesse ser facilmente influenciada e manipulada. O que talvez não contassem aqueles que defendiam essa possibilidade é que o príncipe Pedro Augusto tinha inclinação para a intriga e uma grande reserva de ressentimento. Além disso, por conta de uma grave doença que o acometeu durante sua estada na Europa, seu senso de realidade e sua estabilidade mental haviam sido prejudicados.²⁷ O fato é que a opção da troca de herdeiros do trono não foi levada adiante.

Dois meses após a partida do casal d'Eu para a Europa, o Imperador adoeceu gravemente, causando grande apreensão nos meses que se seguiram. Os jornais começaram a indagar se a Princesa não voltaria²⁸, temendo a possibilidade de que D. Pedro II viesse a falecer. Os médicos aconselharam o Imperador a procurar tratamento na Europa e Isabel foi chamada de volta ao Brasil, chegando no dia 6 de junho. No dia 30 deste mesmo mês, D. Pedro II partia deixando o país num clima de consternação ante a possibilidade de que ele nunca mais voltasse. Diante da gravidade do estado de saúde do Imperador, quando Isabel assumiu sua terceira regência, muitos deram como iniciado o terceiro reinado.

²⁶ CONRAD, Robert, opus cit, p.236

²⁷ BARMAN, Roderick, opus cit, p.254

²⁸ Gazeta da Tarde de 20/04/1887

Na chefia do Gabinete Ministerial estava o Barão de Cotegipe, um conservador e escravocrata, o que levou José do Patrocínio a temer pela regência, denotando a sua preocupação com a influência que este pudesse exercer sobre as decisões de Isabel²⁹

A idéia abolicionista havia avançado de tal forma que se tornara “politicamente incorreto” não defender a causa da abolição. A escravidão já vinha sendo abolida gradativamente nos estados. O fim da escravidão em São Paulo havia limitado ainda mais o número de defensores importantes da escravatura. Esse fato, aliado à política de Cotegipe de proibir reuniões públicas, e de combater os abolicionistas provocou uma imensa pressão da imprensa sobre o governo para que se libertem os escravos. O fato de que a própria princesa, largamente noticiado nos jornais, se encarregara do movimento de libertação dos escravos de Petrópolis³⁰, fez crescer a esperança de que a abolição se fizesse. Um conflito entre o gabinete Cotegipe e os militares em março de 1888 desembocou numa luta nas ruas entre marinheiros e policiais. Desacreditado, o Barão de Cotegipe pediu demissão e Isabel, que há tempos já vinha se indispondo com ele, aceitou. Pela primeira vez a Princesa exercia seu poder de soberana para convocar um novo gabinete, demonstrando força e opinião. E o nome que escolheu foi o de João Alfredo, um senador de Pernambuco, também conservador, que, no entanto, apoiava a causa abolicionista. No dia 12 de março a imprensa se manifestou favoravelmente à sua nomeação. O tom de tratamento em relação à Isabel também mudou. Ela foi exaltada por sua decisão, sobretudo nos jornais abolicionistas.

Apesar do entusiasmo reinante, ainda não se tinha idéia de como seria o projeto que libertaria os escravos. Se haveria ou não indenização pelos libertos, se a libertação seria imediata ou se haveria um prazo para que os escravos deixassem as fazendas. A bancada liberal, da qual se dependia dos votos para a aprovação do projeto, defendia a idéia da libertação imediata e sem indenização. Um projeto preparado por André Rebouças, contendo esta proposta foi apresentado a João Alfredo e aceita.

Nos dias que se seguiram, os jornais descreveram com detalhes a cerimônia de assinatura da Lei Áurea ocorrida no dia 13 de maio e a festa que se promoveu junto ao Paço Imperial, com a concentração de milhares de pessoas e a aclamação da princesa com a “Redentora”, assim como os festejos que se seguiram em outras partes da cidade.

²⁹ idem de 01/07/1887

³⁰ CONRAD, Robert, opus cit., p 327

Enquanto os abolicionistas continuaram festejando e exaltando a figura da Princesa, jornais de outras tendências, começaram a criticar e a questionar as conseqüências do fim da escravidão. Desta vez, ao contrário, Isabel não foi responsabilizada por sua omissão, mas por sua ação.

A sensação de fim de festa e a consciência de que medidas teriam que ser tomadas em conseqüência da abolição dos escravos estava presente em todos os setores. O próprio projeto abolicionista não se esgotava pura e simplesmente com a libertação dos cativos. Ele englobava uma série de reformas, as quais, juntas, eram totalmente revolucionárias. A abolição era apenas o passo inicial. Neste momento, apesar das restrições que faziam à princesa Isabel, baseados na idéia reinante de que era facilmente influenciada por aqueles que a cercavam e que sua religiosidade “exagerada” a impediria de tomar certas medidas, era nela e, conseqüentemente, na monarquia que depositavam a esperança de levar adiante seu projeto. Isto fica evidente em vários artigos publicados nos seus jornais.

Ao mesmo tempo, na imprensa republicana e escravocrata, apareciam publicadas cartas, notícias e crônicas que davam conta do despreparo dos fazendeiros diante do fim da escravidão e do medo que os libertos provocavam pelo interior da província do Rio de Janeiro, e a culpa da situação foi colocada sobre os ombros da Regente.

Ao final do mês de julho era anunciado o próximo retorno ao país do Imperador Pedro II, notícia esta recebida com alegria até mesmo por jornais republicanos. Isto leva a imprensa a publicar avaliações sobre a última regência de Isabel, sendo que estas são absolutamente contrastantes em alguns aspectos, dependendo da orientação política dos periódicos, ou totalmente coincidentes apesar dela.

A análise dessas avaliações nos levou a concluir que havia um consenso, ao menos na imprensa, de que o afastamento do Barão de Cotegipe, a escolha de João Alfredo e a abolição se fizeram por ação direta da Princesa, e que, estando D. Pedro II no trono, ela talvez não ocorresse naquela hora e muito menos da forma que foi feita, sem indenização. Isso é o provável motivo que, ao fim de sua regência, levava a imprensa abolicionista a exaltar seu ato e a não abolicionista a culpá-la pela sua insatisfação e pelas conseqüências que dela adviriam. No entanto, apesar ter suas virtudes e qualidades morais muitas vezes exaltadas, todos foram unânimes em considerar Isabel sem condições de governar, permanecendo a imagem de que a uma mulher cabe exercer seu papel exclusivamente na

vida privada. Sua religiosidade e a idéia de que ela era facilmente influenciável, em especial por seu marido, também continuavam a aparecer para todos como um problema agravante. Um outro fator que ficava evidente era a debandada da classe agrária em direção ao movimento republicano e a organização deste, cada vez mais eficiente. Quando finda a terceira regência da Princesa, o republicanismo já havia se espalhado.

Apesar de ter reassumido o trono, o Imperador ainda tinha a saúde frágil e passava a maior parte do tempo em Petrópolis. Neste contexto, os jornais passaram a especular sobre sua capacidade de governar. Houve um progressivo acirramento das posições contra os herdeiros do trono, que eram constantemente acusados pela imprensa de serem uma influência perniciosa sobre as decisões de Pedro II. Agora, não era apenas a Princesa quem era considerada influenciável. Haveria uma ascendência do Conde d'Eu sobre Isabel e de ambos sobre o Imperador.

No início de maio de 1889, na sua fala do trono, o Imperador, talvez por influência de seu amigo André Rebouças, defensor do projeto da “Democracia Rural”, lançou uma nova “bomba” no meio da elite agrária. Ele propôs que o governo tivesse o direito de desapropriar por utilidade pública os terrenos marginais das estradas de ferro que não fossem aproveitados pelos proprietários para que pudessem servir de núcleos coloniais”,³¹ o que provocou reações de revolta nos fazendeiros publicadas nos jornais.

Por essa ocasião o ministério de João Alfredo recebia ataques de toda a imprensa. Seu governo foi acusado de ter escavado um abismo entre o partido conservador e as classes conservadoras, não em consequência da abolição, mas por ficar indiferente às questões econômicas subseqüentes a ela³². Prenunciava-se o advento da república mais cedo do que se imaginava em virtude de a Coroa ter deixado de exercer o poder moderador, e de que, sob a influência do Conde d'Eu, ter-se associado em contratos de imigração realizadas pelo atual governo, a quem os jornais chamavam de contratos Loyos que segundo eles favoreceriam ao Sr. Loyo, sogro do filho de João Alfredo. Diante da pressão da Câmara que exigia explicações pelo favorecimento a parentes, João Alfredo pediu a dissolução das Câmaras. O Imperador, após ouvir o Conselho de Estado, negou seu pedido e ele pediu demissão. De acordo com *Gazeta da Tarde* esse pedido teria sido inspirado por

³¹ Diário de Notícias de 04/05/1889

³² idem de 03/05/1889

D. Isabel e pelo “*corrilho*” que a cercava, visando à anistia pela Coroa da facção Loyana. Neste artigo ela é descrita como uma “*criatura histérica, fanática e pouco inteligente*”.³³

A nomeação pelo Imperador de um ministério liberal, liderado pelo Visconde de Ouro Preto foi vista pelos jornais liberais como acertada, ao contrário dos conservadores e republicanos. A nomeação de um gabinete liberal, no entanto, foi uma “*tentativa infrutífera*”³⁴diante da agitação política do momento.

Um conflito acontecido no dia 14 de julho de 1889 entre republicanos e a Guarda Negra levou os jornais a atacarem novamente a Princesa. No dia seguinte o Imperador sofria um atentado na saída de um teatro, sem maiores conseqüências. Os jornais deram destaque ao atentado, mas foram unânimes em considerar que ele teria sido fruto de um ato isolado, perpetrado por um “louco”, isentando o Partido Republicano de culpa.

Daí para frente, os jornais, em sua maioria, cada vez mais inclinados à implantação da república, vão se ocupar de intensificar os ataques ao governo e à família imperial. As imagens de Pedro II como um velho decrépito que não tem mais vontade própria, de Isabel como uma herdeira fútil, fanática religiosa, pouco inteligente e de seu marido como um homem estrangeiro, pouco confiável, avarento, ambicioso e impopular são cada vez mais explorados nos jornais republicanos.

No dia 15 de outubro de 1889, os príncipes herdeiros comemoravam suas bodas de prata. Embora muitos jornais, como o *Gazeta da Tarde* e *O País*, ofereçam cumprimentos ao casal e noticiem a festa oferecida em comemoração da data, os jornais republicanos as desdenham, alegando que elas passaram pelas camadas populares despercebidas e indiferentes.³⁵

Uma outra estratégia empregada pelos republicanos era utilizarem-se dos desentendimentos entre os militares e o governo. Desta maneira, qualquer incidente em que estivessem envolvidos militares, os jornais republicanos, visando a futuras articulações políticas, acusavam o governo de persegui-los. Na véspera da proclamação da república, o jornal *Cidade do Rio* acusava o Conde d’Eu de interferir nos assuntos militares, pretendendo anular o exército pela dispersão, transferindo batalhões de infantaria.³⁶

³³ *Gazeta da Tarde* de 01/06/1889

³⁴ NEVES, Lúcia M^a B. P. & MACHADO, Humberto F, opus cit, p 441

³⁵ Idem de 24/10/1889

³⁶ *Cidade do Rio* de 14/11/1889

No dia 15 de novembro, os jornais publicam a recusa do exército em cumprir as ordens do governo, por julgá-las ilegais, dando conta do movimento no quartel general e da movimentação do exército em direção ao Paço. O Imperador foi deposto e todos os membros da família imperial foram instados a partir para o exílio imediatamente. O Marechal Deodoro foi aclamado como o primeiro Presidente da República. Estava findo, desta maneira, o Império no Brasil. O exílio forçado da família imperial foi encarado pela imprensa, de uma maneira geral, como natural e o tratamento dado a ela foi considerado justo. Sobre o fato de não haver um movimento de reação à deposição e exílio de D. Pedro II, assim se manifestou José do Patrocínio, no seu jornal Cidade, do Rio: *“Visitaram-no amigos, acompanharam-no afeiçoados. Mas não houve ninguém que francamente tomasse o seu partido e julgasse injusta a sublevação do país”*.³⁷

Quanto à Isabel e Gastão citando o que disseram os jornais republicanos, ela, *no meio do bulício, desapareceu como verdadeira nulidade*³⁸ e *pode asseverar-se que a dinastia de Orleans representada pelos herdeiros presuntivos do trono, nunca mais voltará ao poder*.³⁹

Conclusão

De acordo com as fontes pesquisadas, podemos afirmar que o Terceiro Reinado começou a correr risco de não se concretizar no início da década de 1870, quando Isabel assumiu a sua primeira regência, momento que significou a tomada de consciência por parte da elite dominante de quem seriam seus governantes futuros. A partir deste instante começou a ser constituído um conceito negativo dos herdeiros da Coroa e na medida em que esta camada privilegiada tinha seus interesses contrariados, acentuava-se a construção de uma imagem negativa do Império e de seus membros através da imprensa. Essa representação, de acordo com o momento e com os interesses envolvidos, foi utilizada por todos os jornais, independente de sua orientação política. A abolição da escravatura acelerou o processo de rejeição aos herdeiros da Coroa por parte da classe agrária, que até então servia de sustentáculo à monarquia.

³⁷ Cidade do Rio de 18/11/1889

³⁸ Republica Brasileira de 21/11/1889

³⁹ Novidades de 20/11/1889

A rejeição à princesa Isabel e seu marido não é a única nem a principal causa do fim do Império, mas saber quem seriam os futuros governantes e, principalmente, que tipo de mudanças eles seriam capazes ou não de fazer, pesou bastante na balança republicana.

No final da década de 1880, o Terceiro Reinado tinha contra si a maioria da elite conservadora, oriunda da classe agrária, que temia que eles implementassem as reformas defendidas pelo movimento abolicionista; os não-ultramontanos e maçons, que viam no ultramontanismo de Isabel um entrave à livre manifestação religiosa e à implantação de direitos civis; a condição feminina da futura dirigente do Império, já que a mulher continuava a ser vista desempenhando seu papel apenas no âmbito privado; a impopularidade do Conde d'Eu e a rejeição que o orleanismo, implícito no seu nome, provocava; os militares, que desde o fim da Guerra do Paraguai se incompatibilizavam com o governo; e finalmente, os ideólogos da república que conseguiram atrair para seu movimento as camadas insatisfeitas.

A morte do império foi uma morte anunciada. Estava mais do que divulgada e esperada: só não se sabia quando. Talvez quando D.Pedro falecesse, ou abdicasse, como diziam os boatos que corriam na Corte. O fato é que a vinda da república era dada como certa e o povo assistiu sua chegada com passividade. Por mais que fosse grato à Princesa e admirasse o Imperador, ele também esperava por mudanças, que talvez pudessem vir com a transformação que o novo sistema de governo sugeria... Quem sabe?